



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

**Segmento de Alto Nível da 52ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos**  
Genebra, 27 de fevereiro de 2023

— DISCURSO DO MINISTRO SILVIO ALMEIDA —

Senhor Václav Bálek, Presidente do Conselho de Direitos Humanos,  
Senhor Volker Türk, Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos,  
Representantes permanentes,  
Membros do secretariado,  
Amigos e amigas,

No momento em que subo nesta tribuna, meu coração e minha consciência transbordam a certeza de que o meu país e o mundo vivem hoje uma encruzilhada histórica.

Como viu e sentiu Nelson Mandela, ao tomar posse como presidente da África do Sul, eu também sinto que, para nós, brasileiros e cidadãos de todo o mundo, é chegado “o momento de sarar as feridas. O momento de transpor os abismos que nos dividem. O momento de construir”. E é com esse mesmo sentimento que venho hoje neste Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas dizer: **O Brasil voltou.**

Isso porque temos plena consciência que muitos dos nossos problemas são problemas da humanidade, que nós somos, porque o mundo é, e que nossos destinos estão entrelaçados.

Sejamos, portanto, parceiros na promoção e na proteção dos direitos humanos, para todos e todas, e sobretudo para aqueles que, como diz o líder indígena Ailton Krenak, foram expulsos do chamado “clube da humanidade”.

Neste ano, em que comemoramos os **75 anos** da Declaração Universal dos Direitos Humanos e **30 anos** da Conferência Mundial de Viena, devemos olhar para trás e refletir sobre tudo o que conquistamos. Mas devemos também ter a coragem de olhar para frente e ver o quanto nos falta ainda para garantir a dignidade humana, a paz e a prosperidade para os nossos povos.

Devemos, como um dia fez Aimé Césaire, despir todos os pseudo-humanismos de suas vestes pomposas e olhar claramente o que neles resta das concepções parciais, tendenciosas e mesmo racistas de direitos humanos. A **seletividade** no tratamento e a **instrumentalização** das pautas dos direitos humanos minam não apenas a credibilidade, mas, sobretudo, a efetividade das instituições internacionais.

Como em muitas ocasiões na história, os condenados da terra nos advertem: o rei está nu! Ouçamos a essas advertências e não tenhamos medo de construir o novo! Não tenhamos medo de denunciar os “clubes da humanidade” e construir, com o nosso engenho e suor a verdadeira humanidade comum, que seja fruto da solidariedade na diversidade e jamais da opressão e do silenciamento.

No Brasil, sob a liderança do Presidente Lula, estamos empenhados em fazer a nossa parte, reconstruindo os laços sociais entre os brasileiros e traçando uma política de direitos humanos com **ampla participação popular**. As dificuldades são muitas. O que encontramos foi um quadro escandaloso de **desmonte, negligência e crueldade**.

E aqui preciso mencionar de forma particular a crise nos territórios **Yanomamis**. Não temos medido esforços para restaurar a dignidade dessas populações e garantir-lhes o efetivo domínio sobre suas terras.

Os **povos indígenas** do Brasil, pela primeira vez, têm um ministério próprio, capitaneado por uma liderança indígena. Nenhuma decisão sobre seus direitos será tomada sem sua participação. No mesmo sentido, foram recriados o Ministério da Igualdade Racial e o Ministério da Mulher.

No Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, o qual tenho a enorme honra e a enorme responsabilidade de chefiar, elaboraremos, em conjunto com a sociedade civil, um Plano Nacional de Proteção aos **Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos**, Comunicadores e

Ambientalistas e instituiremos um marco legal para o programa de proteção. Impulsionaremos, nesse sentido, a ratificação do **Acordo de Escazú**.

Lutaremos para que o brutal assassinato de uma promissora política brasileira - mulher negra e corajosa defensora dos direitos humanos, **Marielle Franco**, não fique impune e grave na memória e no espírito da nossa sociedade a dignidade da luta por justiça. Isso também vale para o covarde assassinato de **Bruno Pereira** e **Dom Phillips** e de tantos outros defensores de direitos humanos. Jamais serão esquecidos!

Também não esqueceremos os brasileiros e brasileiras que, em decorrência de suas posições políticas e/ou atividade acadêmica, tiveram sua integridade física ameaçada e viram-se obrigados a deixar nosso país. A estes, expresso minha solidariedade e meu compromisso, na condição de Ministro de Estado, pela construção de um ambiente político livre do ódio e da perseguição.

Senhoras e senhores,

No **combate ao trabalho escravo** – que ainda é um desafio em pleno século XXI – daremos renovada atenção aos recortes de gênero e raça, ao trabalho escravo doméstico, à reinserção das vítimas, à relação com o tráfico de pessoas e ao envolvimento de empresas em sua perpetuação.

Aliás, o tema **empresas e direitos humanos** tem-se tornado central diante da atuação transnacional das corporações e as assimetrias regulatórias entre países. Atuaremos de maneira decisiva nesse tema nos contextos doméstico e internacional.

Nos comprometemos a lutar também contra a violência, sobretudo a violência estatal, massivamente voltada contra a juventude pobre e negra do país, sob a forma de **execuções sumárias, tortura** e toda a sorte de desigualdades.

Pela primeira vez em nosso país, temos uma Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas **LGBTQIA+**, liderada pela companheira Symmy Larrat, que compõe nossa delegação.

Criamos, também, uma diretoria para a promoção dos direitos da **população em situação de rua**, que terá como norte a recuperação da dignidade desse segmento.

As mulheres terão seus **direitos sexuais e reprodutivos** restabelecidos no Brasil e o SUS voltará a acolher de maneira adequada, e humana, as mulheres vítimas de violência. Aliás, no campo do **direito à saúde** – tema que o Brasil lidera neste Conselho – voltaremos a ter como base a ciência e daremos novo fôlego à luta antimanicomial, ao enfrentamento ao HIV e à AIDS e à defesa do acesso equânime a medicamentos e vacinas, particularmente no contexto de **pandemias** como a que nós vivemos.

Nessa mesma interface estamos agora dando prioridade a uma política de acolhimento das **crianças e adolescentes** órfãos da Covid-19.

Tencionamos ratificar, o mais breve possível, a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos **Idosos** e retomar a plena implementação da Convenção sobre os Direitos das **Pessoas com Deficiência**.

No campo da **memória, verdade e justiça** – tão vilipendiado nos últimos anos no Brasil – revisamos a composição da Comissão de Anistia e reestabeleceremos a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. A memória nacional relacionada à herança maldita da **escravidão** finalmente ganhará a tão necessária atenção que merece.

Como disse anteriormente, no entanto, temos a plena consciência de que, mesmo trabalhando com todas as nossas capacidades, precisamos do mundo. Proponho então a este Conselho, **quatro alianças necessárias** que aqui queremos construir.

A primeira delas, é a **aliança da sobrevivência**. Um chamado de Davi Koppenawa Yanomami, do coração da Floresta Amazônica, nos adverte que estamos diante da “Queda do céu”. Saibamos ouvir esse chamado e redobrar nossos esforços por modos de vida que nos permitam viver em paz com o nosso planeta.

A segunda, é a **aliança pela vida decente**. Precisamos não só erradicar a pobreza, mas também promover a dignidade do trabalho e do lazer. Mesmo aqueles que se acham privilegiados vivem hoje inseguros e adoecidos por um modo de produzir e distribuir riquezas que não deixa vencedores.

A terceira aliança é a aliança pelo **direito ao desenvolvimento**. Os povos amefricanos, como dizia Lélia Gonzalez, e de todo o Sul Global, precisam reinventar o direito ao desenvolvimento, para que este penetre definitivamente na gramática das lutas populares da periferia do capitalismo.

A quarta e última aliança é a **aliança contra o ódio**. Nossos países assistem perplexos à rápida propagação de discursos de ódio baseados no racismo, na xenofobia, no sexismo, na LGBTfobia. A extrema direita e o fascismo crescem e articulam-se por meio de redes que não conhecem fronteiras. Façamos com que o amor, a solidariedade e a paz também não conheçam fronteiras. Acreditamos na força **da cooperação e do diálogo** para fazer valer as promessas da Carta das Nações Unidas.

Nesse sentido, reiteramos nosso profundo compromisso com o mecanismo de **Revisão Periódica Universal (RPU)**, que trata de maneira equânime a situação de direitos humanos em todo o mundo, assim como com os **procedimentos especiais**, com os **órgãos de tratado**. Aproveito a ocasião para anunciar que o novo governo reavaliou as 306 (trezentos e seis, recomendações do último ciclo da Revisão Periódica Universal, a fim de que a nova política nacional de direitos humanos esteja refletida em nossas posturas no plano internacional. Estamos, neste momento, em cooperação com o Paraguai, iniciando a implantação de mecanismo de monitoramento destas e de outras recomendações.

Por fim, gostaria de recordar a **candidatura do Brasil** à vaga neste Conselho de Direitos Humanos para o mandato 2024-2026. Para tanto, peço o apoio dos países aqui presentes para que possamos contribuir, de maneira renovada, com a promoção e proteção dos direitos humanos, em todos os lugares e para todos os povos.

Obrigado.